

SIMON

**ESPERANÇA
E MUDANÇA**

**do Plano de Governo
do PMDB**

Rio-grandense

As eleições de novembro de 1982 possibilitarão, pela primeira vez nos últimos vinte anos, um processo de alternância no poder e de mudança social concreta.

O governo, escolhido pelo povo, terá legitimidade para uma ação efetiva em três níveis:

1 - INICIAR A DEMOCRATIZAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL

Trata-se de ampliar os mecanismos de consulta e participação popular nas atividades administrativas.

Diante da existência de problemas graves e complexos, nada mais justo do que indagar aos próprios interessados, diretamente ou na voz de seus legítimos representantes (parlamentares, comunitários e classistas), tanto a maneira de definir como as alternativas para resolver tais questões.

2 - INFLUIR POR MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO E NA LEGISLAÇÃO FEDERAL

A formação de uma frente de governadores e parlamentares do PMDB e demais companheiros da oposição, abrirá caminho a um processo de alteração institucional.

Muitas medidas que oprimem o povo brasileiro decorrem de normas constitucionais e legais inadequadas e da atuação prepotente do governo federal.

A reforma tributária, canalizando maiores recursos para Estados e Municípios, encontrará nesses governadores e parlamentares baluartes de luta e garantia de uma distribuição mais correta da arrecadação de impostos, taxas e contribuições.

3 - ESTABELECEM NOVAS DIRETRIZES PARA O GOVERNO

Um governo democrático, com base no apoio popular recebido, reorientará a administração no sentido de dar prioridade aos programas que produzam maiores efeitos sociais positivos, face à grandeza das dificuldades e as limitações dos recursos.

Impõe-se distinguir, neste ponto, os três planos e respectivas condições de atuação do governo estadual:

a) Gestão direta dos serviços públicos (saúde, educação, cultura, saneamento, segurança, energia e comunicações, armazenagem, transportes, etc...).

b) Participação indireta ou complementar em áreas executadas, basicamente, pela iniciativa privada (agropecuária, indústria, construção e serviços); por entidades particulares assistenciais, associativas e comunitárias (creches, escolas, clubes de serviço, associações de bairro, comunidades religiosas, sindicatos, etc...), mas que podem receber influência e apoio das ações do governo, através de estímulos financeiros, fiscais, tecnológicos, administrativos e outros.

c) Apoio institucional e exercício de pressão política nas reivindicações em favor dos interesses do Estado junto a entidades nacionais e internacionais.

O uso conjunto de providências em todas essas áreas multiplicará o poder de realização do Governo do Estado.

Esse poder de realização será canalizado em favor da solução dos problemas mais urgentes e profundos, à luz dos diagnósticos e propostas do meu Plano de Governo.

Dele retiro agora algumas das principais conclusões, submetendo-as ao debate público e solicitando as contribuições da sociedade como um todo.

Trata-se da apresentação resumida de alguns pontos importantes para mudar o Rio Grande e melhorar a vida de seus cidadãos.

Entendo que, com o respaldo do povo gaúcho, será possível abrir uma nova fase da vida política rio-grandense, buscando recolocar nosso Estado em posição de destaque no cenário nacional e lançar as bases para a construção de uma sociedade MAIS LIVRE, MAIS JUSTA e MAIS PRÓSPE-RA.

Conto contigo. Vamos governar juntos.

Porto Alegre, outubro de 1982.

PEDRO SIMON

Democratização e Participação

- Participação e controle popular na administração pública
- Valorização das organizações populares
- Consulta prévia à população sobre os projetos que a afetam diretamente
- Valorização dos legislativos nas decisões do País
- Desenvolvimento e apoio aos projetos de ajuda mútua *
- Defesa da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte
- Criação de Conselhos Populares e nova concepção dos Conselhos Setoriais existentes.

Austeridade Administrativa

- Eliminação de gastos supérfluos
- Saneamento das sociedades de economia mista e fundações
- Amplo e eficiente aproveitamento e aperfeiçoamento dos atuais servidores públicos
- Admissão de funcionários públicos mediante concurso e regularização das contratações para funções permanentes
- Condições de melhor atendimento público
- Ampla publicidade de todos os atos administrativos
- Estabelecimento de relação de confiança entre a administração e a população
- Extinção ou fusão de serviços ou empresas inoperantes
- Ações que motivem para o aumento da produtividade dos serviços públicos
- Punição para os casos de corrupção.

Criação de Empregos Produtivos

- Prioridade aos investimentos públicos que utilizam bastante mão-de-obra
- Apoio às empresas que absorvem maior mão-de-obra e que produzem bens essenciais
- Luta pela instituição de incentivos fiscais voltados para estimular a ampliação ou manutenção do emprego
- Estímulo ao desenvolvimento de empresas que reduzam a dependência do Estado das importações de outras unidades da Federação ou do exterior
- Viabilização local de indústrias de produtos acabados a partir do III pólo petroquímico
- Revitalização do Programa Estadual de Emprego

Alimentos Básicos

- Melhoria dos sistemas de distribuição para reduzir as margens de comercialização e, conseqüentemente, dos preços dos gêneros alimentícios básicos
- Incentivo à produção de hortigranjeiros no RS, de modo a reduzir as importações de frutas e verduras de outros estados.
- Orientação técnica para o uso de métodos biológicos de produção (menos insumos caros)
- Difusão de técnicas simples de armazenagem e conservação
- Aumento da armazenagem a frio
- Seleção e oferta de uma cesta básica de alimentos a preços populares

Melhoria do Salário Real

- Apoio aos movimentos reivindicatórios por uma política salarial e previdenciária justa
- Menos impostos sobre gêneros de primeira necessidade
- Tarifas reduzidas de água e luz para populações de baixa renda
- Estímulo a medidas que reduzam o custo do transporte para as populações de baixa renda
- Criação de mecanismos de informação de preços que favoreçam o consumidor

Habitação Popular

- Eliminação progressiva das favelas
- Ampliação da oferta de lotes urbanos para habitação popular
- Programas de construção de moradias em regime cooperativo e de auto-ajuda
- Assistência judiciária com vistas à regularização de assentamentos urbanos irregulares
- Fornecimento de água e luz a todas as vilas populares, mesmo as não regulares
- Fomento à produção de materiais de construção de baixo custo
- Equipamento dos núcleos populares com serviços sociais
- Estímulo e apoio à criação de centros comunitários

Política Agrária e Combate ao Êxodo Rural

- Crédito fundiário para fixação do homem à terra e reassentamento de agricultores
- Apoio à diversificação de culturas agrícolas e estímulo à auto-suficiência e aumento de renda do pequeno produtor rural
- Técnicas agrícolas alternativas (naturais)
- Assistência e comercialização de produtos artesanais
- Oferecimento de condições de lazer no meio rural
- Energia no campo
- Assistência técnico-agrícola
- Telefonia rural
- Recondução voluntária de trabalhadores ao campo
- Acesso das populações rurais aos serviços de saúde e educação
- Regionalização e descentralização de serviços
- Apoio à luta pela fixação de preços justos para os produtos agropecuários e crédito rural acessível

Saúde Pública

- Melhoria das condições de alimentação, moradia, saneamento e educação como condição básica para a saúde pública
- Ênfase à assistência materno-infantil
- Providências de caráter preventivo em todos os aspectos da saúde pública
- Descentralização dos Centros Médico-Odontológicos e criação de condições de melhor distribuição dos médicos
- Formação de trabalhadores de saúde voltados para os problemas da comunidade
- Reestruturação e ampliação da rede de laboratórios de saúde pública
- Melhor atendimento nos centros de saúde e pleno uso dos recursos existentes
- Criação de uma estrutura de atendimento das necessidades de urgência a toda a população
- Ampliação da população infantil abrangida pelas campanhas de vacinação
- Prevenção de câncer ginecológico e de doenças cardio-vasculares
- Programa preventivo de saúde mental

Educação

- Garantia de verbas suficientes para a educação
- Remuneração justa ao magistério
- Escola fundamental gratuita e eficiente para todos
- Erradicação do analfabetismo infantil e adulto
- Expansão da rede de ensino supletivo
- Revitalização das escolas técnicas e da antiga escola normal
- Formação profissional voltada para a realidade do mercado de trabalho
- Ensino de ofícios à comunidade valendo-se da estrutura educacional existente
- Participação dos pais, alunos e professores na administração da escola
- Atualização e estabilização temporária dos livros didáticos
- Criação de bancos de livros didáticos usados, junto às escolas
- Implantação de hortas escolares e disseminação de escolas-fazenda
- Diálogo permanente com as entidades representativas do setor educacional.

Cultura e Lazer

- Ampliação das atividades da TV Educativa
- Instalação de canchas de esporte coletivo nos bairros populares e nas praças e áreas livres
- Criação de "PÁTIOS DE CULTURA" para a difusão, intercâmbio e valorização da cultura popular
- Incentivo à difusão e desenvolvimento do folclore
- Apoio à difusão do livro e instalação de bibliotecas
- Estímulo à criação artística
- Proteção ao patrimônio histórico, cultural, paisagístico e memória urbana das cidades
- Apoio ao teatro e cinema e à música popular

Alimentos Básicos

Proteção à Infância e ao Idoso

- Programas especiais de fornecimento de leite aos lactentes
- Alimentação escolar básica nas escolas públicas
- Utilização do sistema escolar como meio de agir em campanhas de saúde pública e de amparo à infância e velhice
- Implantação de um sistema de creches vicinais contando com mães desempregadas para seu atendimento
- Providências a nível de comunidade, com apoio do Estado, visando amparar o menor e o idoso
- Estudo do aproveitamento dos idosos em programas sociais comunitários

Proteção ao Meio Ambiente

- Fiscalização rígida quanto ao uso de poluentes na agricultura e na indústria
- Mobilização da população na denúncia de atos atentatórios ao ambiente natural
- Incentivo ao florestamento nas áreas impróprias para outros cultivos e reflorestamento nas áreas desmatadas predatoriamente
- Cursos especiais nas escolas voltado para a defesa do meio ambiente e para a educação comunitária
- Desenvolvimento de práticas agrícolas biológicas, evitando o uso de agro-tóxicos

Direitos Humanos, Justiça e Segurança

- Ampliação dos serviços de proteção ao cidadão contra a violência urbana
- Ampliação da assistência judiciária do Estado, inclusive no interior
- Punição aos abusos de poder das autoridades policiais e militares
- Medidas de proteção à privacidade das pessoas
- Garantia ao livre direito da pregação de idéias
- Criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
- Instituição de comissões arbitrais e de aconselhamento
- Modernização e agilização da Justiça
- Apoio ao restabelecimento das prerrogativas do Judiciário

Relações de Trabalho e Sindicalismo

- Apoio à luta pela autonomia sindical
- Incentivo à sindicalização
- Defesa da participação dos empregados no lucro das empresas, direito assegurado na Constituição (fazê-lo a título de incentivo fiscal, em substituição aos incentivos concentradores de renda)
- Sindicalização do funcionário público
- Apoio à livre e equilibrada negociação entre patrões e empregados

Promoção Social da Mulher

- Igualdade dos direitos da mulher em todos os níveis
- Maior participação das mulheres na administração
- Apoio aos movimentos sindicais de defesa da equiparação real do salário do trabalho da mulher
- Iniciativas para o estabelecimento de melhores condições às mulheres-operárias no que refere ao ambiente de trabalho, proteção à gestante e guarda dos filhos
- Identificação e condenação dos atos de violência cometidos contra a mulher
- Busca de uma real regulamentação do trabalho das empregadas domésticas

Funcionalismo Público

- Aproveitamento adequado e valorização do servidor público
- Revisão dos Planos de Classificação de Vencimentos
- Buscar integrar a legislação estatutária à trabalhista, inclusive quanto à periodicidade dos reajustes e concessão do 13º salário
- Consolidação da legislação de pessoal do Estado
- Aperfeiçoamento e treinamento do funcionalismo

Cooperativismo

- Apoio à idéia de um novo cooperativismo, caracterizado pela maior participação do quadro social no processo decisório
- Apoio às cooperativas de crédito, produção e consumo
- Apoio à comercialização de novos produtos das cooperativas decorrentes do programa de diversificação agrícola
- Integração de recursos humanos e materiais do Estado com o cooperativismo, com ênfase à pesquisa e ao fomento agrícola
- Difusão das idéias e práticas da doutrina cooperativista
- Incentivo à criação de cooperativas de trabalhadores autônomos

Pequena e Média Empresa

- Desburocratização do relacionamento da administração com as pequenas e médias empresas
- Estímulos fiscais a pequenos empreendimentos geradores de emprego
- Prioridade de financiamento para pequenas e médias empresas
- Apoio tecnológico ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas

Municipalismo

- Fazer do município um instrumento de aproximação da comunidade local com a administração estadual
- Fortalecimento e apoio às associações regionais de municípios
- Apoio às entidades comunitárias locais
- Maiores dotações às finanças municipais com reforma tributária
- Acelerar a descentralização de serviços e recursos para execução de projetos a nível municipal
- Ampliar a assistência técnica aos municípios

Infra-Estrutura

- Integração e racionalização das vias fluviais e terrestres de transporte
- Extensão e barateamento dos serviços de comunicações
- Recuperação da gestão energética, pelo Estado, com estímulo ao uso de fontes alternativas
- Prioridade para o transporte hidroviário
- Fortalecimento da estrutura portuária fluvial e lacustre, bem como incentivo aos portos secos de P. Alegre e Uruguaiana.

Reforma Tributária

- Luta pela criação de um fundo de Compensação ao RS pelos prejuízos causados por medidas tributárias federais
- Ação junto aos demais Estados para reduções substanciais nos impostos indiretos incidentes sobre bens primários de consumo das classes populares
- Aumento do percentual de retorno do Fundo de Participação dos Estados e Municípios
- Eliminação da incidência do ICM sobre os pequenos negócios

Rio Grande do Sul na União

- Ação contra as arbitrariedades cometidas pelo governo federal contra o Rio Grande do Sul
- Arguição da inconstitucionalidade da legislação federal que interfira na competência reservada ao Estado
- Exercício pleno da competência estadual nas áreas que lhe são de direito
- Luta pela reforma tributária que evite a saída de recursos do Estado
- Luta pela reforma agrária
- Política reivindicatória do RS nas aplicações de recursos públicos federais, especialmente naqueles voltados para as áreas de geração de emprego
- Frente de Governadores do PMDB nas relações com o Governo Federal